

Editorial

Esta edição dos *Cadernos do Legislativo* é publicada ainda em meio à crise sanitária provocada pelo novo coronavírus. Mesmo nestes tempos de incertezas e dificuldades de pesquisa, os Cadernos continuam se apresentando como um espaço para que relevantes investigações – em distintos estágios – possam ter visibilidade, e seus questionamentos e análises sejam compartilhados com toda a comunidade que se dedica aos estudos sobre o Poder Legislativo, o Estado e a sociedade.

A questão tributária é o assunto que abre esta edição. O Prof. Dr. **Fabrcício Augusto de Oliveira** se debruça em um tema da atualidade: a reforma tributária que está em tramitação no Congresso Nacional. Seu objeto de análise são as críticas feitas por um grupo de especialistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Direito Tributário (IDP) sobre as limitações dessas propostas. Em *Um olhar crítico sobre as críticas às propostas de reforma tributária*, Oliveira afirma que é possível concordar com a maioria das observações feitas pelo grupo que se reúne no fórum denominado Observatório da Reforma Tributária, mas também é necessário discordar de alguns pontos.

Para tal, Oliveira primeiro apresenta sucintamente as críticas elaboradas pelo grupo, que vão desde a falta de um bom diagnóstico sobre os problemas fiscais e do sistema tributário no Brasil até o fato de a reforma não se atentar para as mudanças que estão ocorrendo nas formas de organização da produção do mundo capitalista, que influenciam e modificam as bases da tributação. Em seguida, enumera suas contestações e talvez sua crítica mais contundente esteja no fato de os especialistas terem ignorado a questão de o sistema tri-

butário operar como um instrumento antiequidade, anticrescimento e antifederação, que reforça o quadro de desigualdade no País. Embora Oliveira reconheça as limitações das propostas acertadamente reveladas no fórum, ele não é otimista quanto à apresentação, por esses especialistas, de propostas que solucionem as principais mazelas do sistema tributário brasileiro, por avaliar que os autores têm visão limitada do significado dos impostos e do papel do Estado nesse processo.

Tributos também são tema do artigo do prof. Dr. **Bernardo Motta Moreira** que, nesse caso, debate a relevância do tempo para o processo legislativo tributário, uma matéria cada vez mais complexa e que possui uma linguagem diferenciada e técnica. Ele analisa uma regra da Constituição do Estado de Minas Gerais (CEMG/89) que garante um mínimo de antecedência temporal para o debate parlamentar sobre questões que envolvam a criação ou o aumento de tributos: apenas são admitidos projetos de lei nessa temática que forem apresentados em até 90 dias antes do término da sessão legislativa. Ou seja, até 20 de setembro.

Em *O tempo e as políticas públicas tributárias: a regra da Constituição Mineira para garantia do debate parlamentar*, Moreira defende que, para que o Parlamento ocupe o seu lugar de relevo na construção do Estado democrático, ele deve ter, necessariamente, um mínimo de tempo para analisar as demandas que vêm dos demais poderes e da sociedade. Essa regra tem sido aplicada tanto pela Comissão de Constituição e Justiça da ALMG quanto pelo Poder Judiciário que, por exemplo, negou a criação da Taxa de Regulação e Fiscalização do Serviço de Distribuição do Gás Canalizado proposta pelo governo estadual, em novembro de 2020. Se a aplicação da regra tem trazido resultados positivos, não significa que o texto constitucional não deva ser melhorado. Moreira sugere algumas alterações, como substituir o termo “projeto de lei” por “proposição” – pois este comporta espécies como projeto de lei e as emendas. Ou, ainda, a ampliação do escopo da regra para prever a necessidade do cumprimento de prazo a todas as alterações da legislação tributária estadual, e não só as que envolvam incremento tributário.

No terceiro artigo, o mestrando **Rodrigo Wagner Santos Ribeiro Filho**, a Profa Dra **Fabiana de Menezes Soares** e o mestre **Danton Fillipe Grossi Gangana** abordam o processo de participação popular na tramitação de leis orçamentárias do Estado de Minas Gerais. Em *Perspectivas institucionais para democracia participativa: participação popular no ciclo orçamentário e as emendas impositivas em Minas Gerais*, os autores apresentam um breve histórico sobre a participação popular na ALMG – inserida em um contexto em que a sociedade demanda maior alargamento das vias democráticas – para depois analisarem o ciclo orçamentário e de execução financeira da ALMG referente a 2019. Eles apontam para um gargalo na transparência dos dados públicos sobre a execução orçamentária em geral. Embora todos os cidadãos possam obter informações em *sites* e plataformas, não é possível entender com precisão alguns aspectos e detalhes da aplicação dos recursos públicos. Além disso, eles concluem que não há efetividade na entrega da execução orçamentária das emendas originadas da discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). O governo estadual, relatam os autores, não efetua os pagamentos referentes às ações propostas pela sociedade via PPAG.

Ribeiro Filho, Menezes Soares e Gangana sugerem transformar as Propostas de Ação Legislativa (PAL), provenientes da Comissão de Participação Popular (CPP), em emendas impositivas, assim como acontece com as emendas parlamentares também mencionadas no artigo. Reconhecem, ao mesmo tempo, que essa alternativa enfrenta muitas dificuldades, sobretudo diante do debate atual do engessamento do orçamento. Isso não afasta, no entanto, a necessidade de encontrar soluções para a participação popular nas etapas finais do ciclo orçamentário, de maneira que a sociedade tenha mais espaço de decisão nos órgãos executores.

Em *O PSD mineiro na encruzilhada do golpe de 1964*, o doutorando **Bernardo Carvalho** revisita a historiografia do golpe militar e investe em uma perspectiva ainda pouco explorada: o papel dos partidos nos processos de desestabilização política, no agravamento da crise e na instauração da ditadura. O objeto de análise é o Partido Social Democrático (PSD) e, em especial, sua vertente mineira. A pesquisa

empírica foi realizada, sobretudo, por meio da leitura dos *Diários da Assembleia*, que são fonte primária importante pela diversidade de documentos que agrupavam, como os pronunciamentos dos deputados e os projetos de leis apresentados, além de manifestações de várias personalidades públicas de alcance nacional.

Carvalho mostra como os pessedistas se valeram, com propriedade, do imaginário da mineiridade, explicado, em parte, pelo fato de o partido ter se enraizado pelo interior de Minas, consolidando-se como uma federação de lideranças locais, detentoras quase absolutas do poder de Estado. Visto como partido de centro por excelência, o PSD tornou-se o maior partido nacional e um dos principais componentes do sistema político-partidário. Figuras proeminentes do PSD na Assembleia de Minas se envolveram diretamente nas conspirações contra o presidente João Goulart. Apesar de terem contribuído com os militares no golpe de 1964, no ano seguinte, acabaram sendo vitimados pelo AI2, que instituiu o fim dos partidos. No entanto, como donos de um capital político necessário ao governo mesmo após o golpe, os representantes pessedistas das elites locais integraram-se à Arena e preservaram seu domínio sobre o aparato público estatal. No Parlamento mineiro, o declínio do PSD pôde ser observado: todos os pedessistas próximos ao governador Israel Pinheiro filiaram-se à Arena e, na 6ª Legislatura da Assembleia de Minas (1967-1971), dos 19 deputados eleitos pelo MDB, apenas dois provinham originalmente do PSD.

Finaliza este volume a resenha do livro *Do interesse à paixão na política: uma trajetória filosófica de Alexis Tocqueville*, publicado por Paula Gabriela Mendes Lima. Resultado do seu doutorado em Ética e Filosofia Política na UFMG, Lima se propõe a analisar e responder o que propulsiona a ação política dos homens democráticos modernos, com base na obra de Tocqueville. Três livros desse pensador são analisados: os dois volumes de *A democracia na América e o Souvenirs*. A autora reconstituiu a redescoberta do autor francês, no início do século XX, no campo da filosofia política, por estudiosos contemporâneos, como Raymond Aron, Pierre Manent, Jean-Louis Benoît e Claude Lefort, e reconstrói conceitos fundamentais de Tocqueville, como estado social, aristocracia, democracia, interesse, entre outros.

Para o autor da resenha, **Felipe Freller**, doutor em Ciência Política pela USP e em Études Politiques pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), dois capítulos se destacam como contribuições originais da obra. Um deles é “*O interesse como princípio da democracia*” (capítulo 3), em que a autora sistematiza as diferentes dimensões em que o interesse é compreendido por Tocqueville como um princípio norteador da sociedade norte-americana. O outro é “*A paixão no processo de consolidação democrática*” (capítulo 5), que talvez seja o mais original de todos, por analisar um livro menos estudado de Tocqueville, *Souvenirs*. Segundo Freller, “a autora aborda esta obra a partir de uma problemática instigante e inovadora”. Isto é, Lima analisa o papel das paixões no processo revolucionário da França de 1848.

Ao encerrar a sua publicação, Lima aborda as possibilidades que se abrem sobre novas pesquisas da obra de Tocqueville. Freller, em sua resenha, sugere duas que podem resultar em novas perspectivas filosóficas sobre a democracia moderna: a primeira seria a relação de Tocqueville com gerações anteriores de liberais franceses que criticaram severamente a filosofia utilitarista. A outra refere-se à visão que Tocqueville tinha sobre o socialismo e as paixões suscitadas por ele, bem como sua relação com o fenômeno geral da democracia. Para Freller, a obra de Paula Lima deve ser lida por leigos e especialistas em Tocqueville. “O que está em jogo no livro de Lima é nada menos do que as potencialidades e os perigos políticos dos interesses e das paixões”, finaliza Freller.

Boa leitura!

Marialice Emboava

Editora dos Cadernos da Escola do Legislativo

E-mail: nepel@almg.gov.br